

**HABEAS CORPUS Nº 502.526 - SP (2019/0095625-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDA CACCAVALI MACEDO GAMA - SP199563  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABIOLA CAMARGO DOS SANTOS BEZERRA (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS* CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*. INEVIDENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF.

Petição inicial indeferida liminarmente.

**DECISÃO**

Em razão do indeferimento do pedido liminar formulado no HC n. 2071247-46.2019.8.26.0000, que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo, impetrou-se este *habeas corpus*, no qual se pretende a imediata concessão da prisão domiciliar a **Fabiola Camargo dos Santos Bezerra**, com fundamento no art. 318-A do Código de Processo Penal, reconhecendo-se o preenchimento dos requisitos legais e a excessiva demora para a apreciação do pedido feito ao Juízo de origem (Autos n. 1504321-38.2019.8.26.0228, da 1ª Vara Criminal da comarca da Capital).

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau.

Esse posicionamento pode ser afastado somente em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui não se observa.

Basta uma rápida leitura da decisão de fls. 199/200 para constatar que o Relator do prévio *writ*, ao indeferir a pretensão urgente, apreciou apenas os requisitos autorizadores e concluiu pela ausência deles, mencionando que, naquele momento, não havia como se concluir pela existência do alegado constrangimento ilegal.

Realmente, demandando o tema análise mais detalhada, sobretudo das informações a serem prestadas pelo Juízo *a quo*, não havia mesmo como o Desembargador decidir o tema relativo à demora para a apreciação do pleito de prisão domiciliar num juízo de cognição preliminar.

Assim, convém aguardar o trâmite regular do *writ* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade a matéria ali levantada.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** a petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator